

PREFEITURA DE GUARULHOS

SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

LEI № 6.764, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.

Projeto de Lei nº 216/2010 de autoria da Vereadora Professora Eneide.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com entidades de ensino médio, públicas e/ou privadas, visando a contratação de estagiários para diversas áreas de interesse da administração.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com instituições de ensino médio, ensino técnico de nível médio e de ensino superior, públicas e/ou privadas, visando a contratação de estagiários para diversas áreas de interesse da Administração. (NR - Lei nº 7.046/2012)

Texto Compilado

O Prefeito da Cidade de Guarulhos, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 63 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com entidades de ensino médio, públicas e/ou privadas, que demonstrarem interesse quanto à contratação de estagiários para diversas áreas de comprovada necessidade.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com instituições de ensino médio, ensino técnico de nível médio e de ensino superior, públicas ou privadas, que demonstrarem interesse quanto à contratação de estagiários para diversas áreas de comprovada necessidade. (NR - Lei nº 7.046/2012)

Art. 2º A realização de convênio de estágio dar-se-á mediante a celebração de Termo de Ajuste entre o estagiário ou com seu representante ou seu assistente legal e a Prefeitura, devendo participar obrigatoriamente como interveniente, a instituição de ensino que o estudante encontra se matriculado, garantindo, sempre, a prevalência do interesse público.

Art. 2º A realização de convênio de estágio dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o estagiário ou com seu representante ou seu assistente legal e a Prefeitura, devendo participar obrigatoriamente como interveniente, a instituição de ensino em que o estudante encontra-se matriculado, garantindo, sempre, a prevalência do interesse público. (NR - Lei nº 7.046/2012)

§ 1º A realização de estágio far se á somente com alunos que estiverem cursando os 2 (dois) últimos anos dos estabelecidos para o curso de ensino médio. (REVOGADO - Lei nº 7.046/2012)

- § 2º O estagiário deverá ser selecionado, inicialmente, entre aqueles que tenham, comprovadamente, baixa renda. (REVOGADO Lei nº 7.046/2012)
- § 3º No caso de candidatos que tiverem empate nos quesitos de seleção, terão prioridade aqueles que residirem no Município de Guarulhos.
- § 4º A contratação de estagiários será efetuada, atendendo os prazos estabelecidos na Legislação Federal que trata das normas eleitorais.

1

- Art. 3º A duração do estágio será de 1 (um) ano, podendo ser renovado por mais um igual período, mas findando, automaticamente, com a conclusão do curso pelo estagiário, independentemente do tempo decorrido desde seu início.
- **Art. 3º** A duração do estágio não poderá exceder o período de 2 (dois) anos, excetuando-se os casos previstos na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. (NR Lei nº 7.046/2012)
- Art. 4º O estágio exercido nos termos desta Lei, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário receberá a título de contraprestação dos serviços, na forma de Bolsa Auxílio, a ser definida pelo Poder Executivo, devendo cumprir a carga horária não superior a 30 (trinta) horas semanais, nem a 6 (seis) horas diárias, vedada a possibilidade de horas excedentes.
- **Art. 4º** O estágio exercido nos termos desta Lei não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha ser acordada entre a parte cedente e a instituição de ensino nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. (NR Lei nº 7.046/2012)
- **Art. 5º** Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
- Art. 6º A Prefeitura poderá rescindir o Termo de Ajuste, sem qualquer ônus à Municipalidade, quando o estagiário:
- **Art. 6º** A Prefeitura poderá rescindir o Termo de Compromisso de Estágio, sem qualquer ônus à Municipalidade, quando o estagiário: (NR Lei nº 7.046/2012)
 - I desistir da bolsa concedida;
- II praticar ato de indisciplina ou de improbidade no estágio ou tiver conduta social não compatível com a sua atividade;
 - III por qualquer motivo, deixar de frequentar o curso para o qual foi matriculado;
- IV não completar a carga horária de 30 (trinta) horas mensais durante 2 (dois) meses, mesmo que intercalados;
 - V descumprir a escala de trabalho elaborada pelo coordenador de estágio.
- Parágrafo único. Havendo desinteresse da Prefeitura ou do estagiário em continuar mantendo o Termo de Ajuste, este poderá ser desfeito mediante comunicação por escrito, feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo.
- **Parágrafo único.** Havendo desinteresse da Prefeitura ou do estagiário em manter o Termo de Compromisso de Estágio, este poderá ser desfeito mediante comunicação por escrito, feita com 05 (cinco) dias de antecedência, no mínimo. (NR Lei nº 7.046/2012)
- Art. 7º As faltas ou atrasos do estagiário por motivos escolares, devidamente comprovados pela instituição de ensino em que estiver matriculado, não serão objeto de desconto ou sanção de qualquer natureza.
- Art. 8º O estagiário deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, declaração da instituição de ensino, comprovando a continuidade de seu vínculo com a mesma.
- Art. 9º Ao final do estágio será fornecida pela respectiva unidade, devidamente vistado pelo coordenador de estágio e pelo Secretário, uma certidão relativa às atividades desempenhadas pelo estagiário na Prefeitura.
- **Art. 9º** Ao final do estágio será oferecida pela respectiva unidade, devidamente vistada pelo coordenador de estágio, uma certidão relativa às atividades desempenhadas pelo estagiário na Prefeitura. (NR Lei nº 7.046/2012)
- **Art. 10.** As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

2

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarulhos, 22 de novembro de 2010.

SEBASTIÃO ALMEIDA Prefeito

Registrada no Departamento de Assuntos Legislativos, da Secretaria Especial de Assuntos Legislativos, da Prefeitura de Guarulhos e afixada no lugar público de costume aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez.

PAULO CARVALHO Secretário

Publicada no Diário Oficial do Município nº 087 de 24 de novembro de 2010 - Página 2. PA nº 56025/2010.

Texto atualizado em 13/6/2013.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

